

INSUMOS ENERGÉTICOS: CUSTOS E COMPETITIVIDADE

- *Um dos fatores que reduzem a competitividade do setor industrial brasileiro é o alto custo dos combustíveis no país.*
- *Setores energo-intensivos são especialmente prejudicados e acabam contaminando os setores de manufaturados à jusante da cadeia produtiva.*
- *Houve liberalização dos preços de energia no início dos anos 2000, sem que a competição do lado da oferta fosse estimulada, o que explica os preços de energéticos no Brasil em patamares muito acima do mercado internacional.*
- *A reforma para promoção da concorrência no setor de gás e combustíveis líquidos deverá passar necessariamente por três iniciativas: mudança na atual estrutura da indústria, mudanças regulatórias e maior engajamento dos órgãos de defesa da concorrência.*

A economia brasileira vem perdendo competitividade, de forma progressiva, em relação a seus concorrentes no mercado internacional, com perda crescente de participação no comércio de manufaturados.

O alto custo e a baixa competitividade na oferta dos combustíveis no País são fatores que impactam a competitividade da indústria. As economias que melhor se posicionam quanto à disponibilidade e baixo custo desses insumos têm obtido maiores vantagens comparativas na produção.

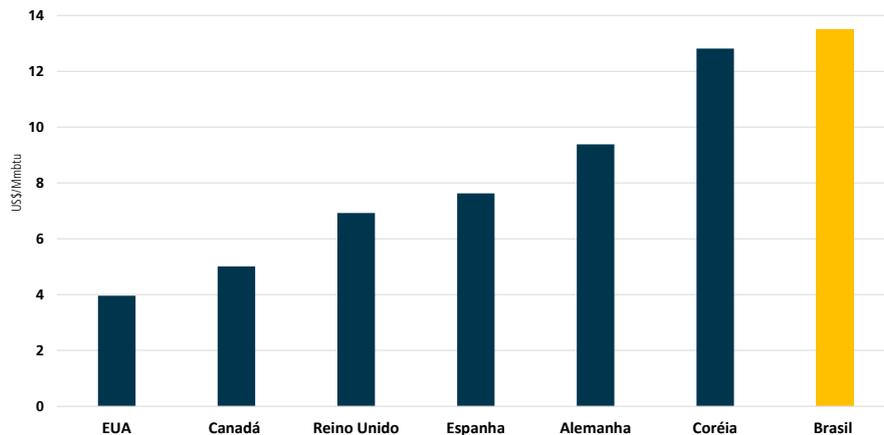
O custo desses insumos energéticos é decisivo, em especial, para os setores semimanufaturados energo-intensivos: papel e celulose, química, pelotização, siderurgia, cerâmica e metais não ferrosos.

A atual configuração da indústria de gás natural impede a concorrência na oferta e permite a prática de margens elevadas em todas as etapas da cadeia produtiva do gás. Os preços médios de óleo combustível praticados no País estão muito acima dos preços praticados na América do Norte, Reino Unido e mesmo países asiáticos não produtores do insumo. Da mesma forma, os preços do GLP para o mercado industrial brasileiro encontram-se muito acima do mercado internacional.

O aumento do preço dos energéticos no Brasil está relacionado com a liberalização dos preços no mercado de combustíveis, desacompanhada da promoção da concorrência no suprimento dos combustíveis ao mercado final. Atualmente, uma única empresa responde por praticamente todo o abastecimento de derivados de petróleo e de gás natural, além de deter papel importante nas atividades de distribuição e revenda desses energéticos.

Setores industriais energo-intensivos são especialmente prejudicados pelo alto preço dos energéticos e acabam contaminando os setores de manufaturados à jusante da cadeia produtiva. **No ano de 2017, a indústria energo-intensiva brasileira gastou, em média, R\$7,38 bilhões a mais do que seus concorrentes estrangeiros, pois os custos do gás natural, do óleo combustível e do GLP no Brasil estão acima dos praticados no mercado internacional.**

É momento para uma reforma profunda nos mercados de gás e combustíveis líquidos no Brasil, que resulte em preços finais competitivos e alinhados ao mercado internacional.

PREÇO MÉDIO DO GÁS NATURAL PARA O SEGMENTO INDUSTRIAL EM PAÍSES SELECIONADOS EM 2017*
(US\$/MMBTU)

*Preços de julho de 2017 para Brasil

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de IEA. Energy prices and taxes. Paris. Agência Internacional de Energia, 2017 e MME. Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, 2018.

A reforma para a promoção da concorrência no setor de gás e combustíveis líquidos deverá necessariamente passar por três tipos de iniciativas:

- mudança na atual estrutura da indústria, para **promover a desconcentração do mercado no segmento de gás e de combustíveis líquidos;**
- **mudanças regulatórias, para reduzir as barreiras à entrada de novos fornecedores** e promover a concorrência no mercado final; e
- **maior engajamento dos órgãos de defesa da concorrência no monitoramento** e na promoção da concorrência nos mercados.

Principais recomendações

1 Privatizar os ativos de distribuição de gás natural dos governos estaduais.

2 Promover a venda dos ativos de distribuição da Petrobras ao maior número possível de novos compradores no processo de desinvestimento.

3 Incentivar os estados a avançar no processo de liberalização do mercado de distribuição por meio das seguintes ações:

- aprimoramento dos contratos de concessão existentes, buscando compatibilizá-los às melhores práticas regulatórias;

- criação e/ou fortalecimento das agências reguladoras estaduais, com introdução de mecanismos de independência (como mandato para a diretoria) e autonomia financeira;
- regulamentação das figuras do consumidor livre, autoprodutor e autoconsumidor, visando à concorrência na oferta da molécula;
- realização de processos periódicos e transparentes de revisão tarifária; e
- organização de leilões de compra de gás natural por parte das distribuidoras.

4 Aproveitar o interesse da Petrobras em vender seus ativos na área de refino, para promover a atração de novos investimentos privados e a desconcentração do segmento.

5 Monitorar o mercado nacional de combustíveis, visando inibir práticas abusivas, em particular no que tange à prática de preços acima dos praticados internacionalmente. Isso deve ocorrer mediante a manutenção da política de liberdade de preços, sem interferência do governo federal, que implique na perda de capacidade de investir e competir da Petrobras.

6 Revisar a política tributária para o mercado de gás e combustíveis.

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA